

# Governo reflete sobre regras para gastos

RUY BARON/VALOR

**Ribamar Oliveira**

De Brasília

O governo brasileiro ainda não tem uma orientação definida a respeito da contabilidade dos investimentos produtivos das empresas públicas. Ele deseja que os investimentos necessários para melhorar a infra-estrutura do país não sejam computados como despesas correntes, ou seja, como déficit. Mas acha que essa mudança não será favorável se ela implicar em que as receitas em caixa das estatais não sejam mais utilizadas para ajudar a fazer o superávit primário do setor público. "Ainda não definimos uma posição sobre isso", admitiu o ministro do Planejamento, Guido Mantega, em conversa com o Valor. "Mas o FMI (Fundo Monetário Internacional) também não", acrescentou.

No ano passado, por exemplo, as estatais federais contribuíram com R\$ 9,597 bilhões para o superávit primário da União, o que representou 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB). Se as receitas dessas empresas não puderem ser utilizadas no cálculo do superávit, os outros órgãos do governo federal terão que aumentar o seu esforço fiscal. Como a Previdência Social é deficitária e o re-

sultado do Banco Central é insignificante — foi positivo em R\$ 195 milhões em 2003 — o aperto adicional terá que ser feito pelo Tesouro Nacional. Esse novo aperto para compensar a saída das estatais significará novos cortes orçamentários.

O superávit primário é utilizado para pagar uma parte dos juros das dívidas públicas e, desta forma, manter sob controle a relação entre essa dívida e o PIB. A relação dívida/PIB é o principal indicador fiscal de um país. As empresas estatais contribuem positivamente para a redução da dívida líquida. Se elas forem excluídas da contabilidade pública, o governo perderá.

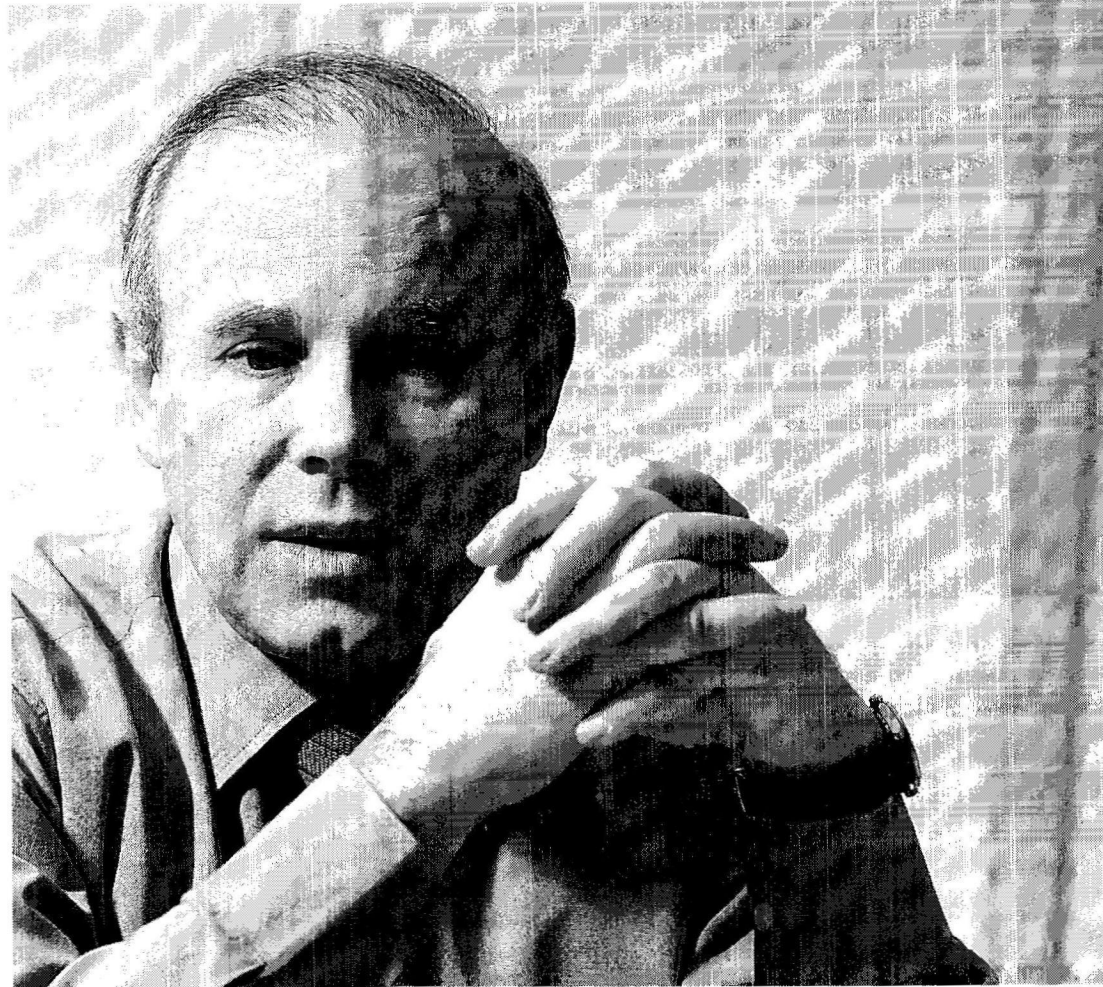
Em janeiro deste ano, a dívida líquida do conjunto das estatais (inclusive estaduais e municipais) era equivalente a 1,3% do PIB. Isso significa que se elas forem excluídas do cálculo das contas públicas, a dívida líquida do setor público brasileiro subiria em 1,3 ponto percentual do PIB. A dívida líquida não teria sido de 58,2% do PIB em janeiro, mas de 59,5% do PIB.

Para este ano, o Orçamento da União prevê um superávit de R\$ 11,883 bilhões das empresas estatais federais, o que equivale a 0,7% do PIB. Desse total, a Petrobrás entrará com R\$ 7,448 bilhões, Itaipu com R\$ 4,602 bi-

lhões, a Eletrobrás com R\$ 1,094 bilhão e as demais empresas terão um déficit primário de R\$ 1,261 bilhão.

Por causa dessas questões, a contabilidade dos investimentos produtivos das estatais será discutida, segundo ministro Mantega, por uma comissão integrada por representantes do FMI, do Banco Mundial (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de um grupo de países, entre os quais está o Brasil. As afirmações de Mantega indicam que não interessa ao governo brasileiro uma alternativa que, de uma forma ou de outra, implique em maior arrocho fiscal para a União, os Estados e os municípios, em troca de liberdade de investimentos para as estatais.

Essa questão foi discutida durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Depois de muitas negociações, o FMI aceitou que parte dos investimentos da Petrobras, que ultrapassasse um determinado valor, poderia reduzir a meta de superávit primário. Essa cláusula do acordo nunca foi utilizada. Em seu lugar, o governo brasileiro preferiu excluir os investimentos feitos pelas empresas do grupo Petrobras sediadas no exterior. Por meio dessas empresas, a Petrobras elevou fortemente os seus investimentos sem afetar a meta fiscal acertada com o FMI.



Ministro Guido Mantega: não há orientação a respeito da contabilidade dos investimentos das empresas públicas